



n . 2  
a b r - j u n  
2 0 2 3

# BOLETIM OPSA



# BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Corpo Editorial

### Editores Executivos

---

Marianna Albuquerque e Diogo Ives de Quadros

### Editora Adjunta

Kethlyn Winter

### Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Leticia Pinheiro

Diogo Ives de Quadros

### Editoria de Redação

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Queiroz Alves

Isabella Pereira

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Kethlyn Winter

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

### Observatório Político Sul-Americano

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)



Instituto de Estudos Sociais e Políticos  
Univesidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rua da Matriz, 82 - Botafogo  
Rio de Janeiro – RJ  
(21) 2266-8300

# Sumário

---

## EDITORIAL

**O (NOVO) LUGAR DA AMAZÔNIA NA POLÍTICA EXTERNA  
BRASILEIRA ..... PÁGINA 04**

## ARTIGOS

**A CÚPULA DE PRESIDENTES SUL-AMERICANOS DE 2023 E OS CAMINHOS  
EM ABERTO PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL ..... PÁGINA 08**

**PANORAMA DA POLÍTICA EXTERNA COLOMBIANA DE PETRO E  
MÁRQUEZ ..... PÁGINA 16**

**MONITOR ELEITORAL: PARTIDO COLORADO MANTÉM HEGEMONIA  
NO PARAGUAI ..... PÁGINA 23**

# Editorial

## *O (novo) lugar da Amazônia na política externa brasileira*

Ao assumir a presidência do Brasil pela terceira vez, Luiz Inácio Lula da Silva prometeu levar a Amazônia e as questões ambientais ao posto de tema prioritário nas estratégias de recuperação da imagem internacional do país. Como contraponto ao seu antecessor, que desmontou os aparatos de comando e controle da floresta e perdeu acesso a instrumentos econômicos como o Fundo Amazônia, Lula enfatizou, em seu discurso de vitória, que “o Brasil está pronto para retomar o seu protagonismo na luta contra a crise climática, protegendo todos os nossos biomas, sobretudo a Floresta Amazônica. (...) O Brasil e o planeta precisam de uma Amazônia viva.”

Mesmo antes de assumir o governo, ao participar da COP27 em novembro de 2022, Lula anunciou medidas como a reestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a criação do Ministério de Povos Indígenas e o anúncio público de que o Brasil se candidataria para sediar a COP30, em 2025, em uma cidade amazônica. O foco na Amazônia como área estratégica esteve em consonância com a nomeação de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente, que possui um histórico pessoal e profissional atrelado à região, bem como à convocação, logo no início do governo, para que os demais países amazônicos comparecessem a um encontro de cúpula, em Belém.

Dessa forma, nos dias 8 e 9 de agosto de 2023, representantes dos oito países amazônicos, membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, reuniram-se na capital paraense com o objetivo de coordenar políticas, estratégias e prioridades para a proteção e o desenvolvimento a floresta e áreas adjacentes. O evento foi visto como um “ensaio” para a COP30. Estiveram presentes os presidentes Lula, do Brasil; Gustavo Petro, da Colômbia; Luis Arce, da Bolívia; e Dina Boluarte, do Peru. A Venezuela enviou sua Vice-Presidente, enquanto Equador, Suriname e Guiana foram representados por Ministros. Também compareceram enviados diplomáticos de três países de fora da região que abrigam porções expressivas de florestas tropicais: a Indonésia, a República do Congo e a República Democrática do Congo.

No primeiro dia da Cúpula, os representantes dos países amazônicos receberam documentos que compilavam recomendações da sociedade civil. Os textos foram resultado das discussões e debates dos mais de 400 eventos organizados no âmbito dos Diálogos Amazônicos, que antecedeu a Cúpula e se estendeu de 4 a 6 de agosto, também em Belém, com a participação de mais de 30 mil representantes da sociedade civil nacional e internacional. Entre os temas destacados nos documentos, estavam a proteção dos territórios, por meio de instrumentos como a demarcação de terras; o estabelecimento de políticas de segurança alimentar para os amazônidas; a adoção de medidas de preservação como o compromisso de preservar ao menos 80% da Amazônia até 2025, eliminar a mineração ilegal e o uso de mercúrio até 2027, abandonar a exploração de petróleo na Amazônia; proibir a mineração de ouro na Amazônia, declarar emergência climática na Pan-Amazônia, construir um Plano Estratégico Regional de Ação Emergencial, um plano de eliminação do desmatamento ilegal, degradação e contaminação até 2025, e de um plano similar para o desmatamento legal até 2027.

Apesar do compromisso dos líderes em considerar as recomendações da sociedade civil, a Declaração de Belém, documento lançado pelos oito países ao final da Cúpula, teve conteúdo menos ambicioso, apesar de apontar avanços importantes. Enquanto alguns analistas apontaram a ausência de metas concretas e o uso de termos genéricos, outros olharam para o copo meio cheio, e concluíram que a iniciativa traz temas que sinalizam



caminhos promissores para a COP28. Nos mais de 100 parágrafos do texto, foram tratados temas como o fortalecimento da OTCA; medidas direcionadas para a Amazônia urbana; o Parlamento Amazônico; o Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia; ciência e tecnologia; mudança do clima e gestão de recursos hídricos; proteção da biodiversidade; cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais; segurança alimentar e nutricional; direitos humanos e participação social.

Destacamos, no entanto, pontos de particular atenção. A Declaração menciona a adoção de uma “ação urgente” para evitar o ponto de não retorno, um conceito da climatologia e da ecologia que aponta que o limite da capacidade de regeneração foi ultrapassado. No caso do bioma amazônico, as estimativas são de que a recuperação se torna irreversível após o desmatamento atingir 20% a 25% dele – e estamos, atualmente, com aproximadamente 17% da cobertura vegetal original dizimada. No Brasil, os números são ainda mais preocupantes, pois, na Amazônia brasileira, a estimativa é de que a perda já ultrapassa 21%. No entanto, o texto não traz uma meta geral de compromisso com o desmatamento zero, apenas a menção de que este seria o cenário “ideal”. Alguns países, como o Brasil, assumiram essa meta unilateralmente na COP26, mas ela não foi transformada em compromisso coletivo<sup>1</sup>.

Por outro lado, o documento traz um tema que aparece historicamente associado ao desmatamento: o combate coordenado às atividades ilícitas. Entre as medidas relacionadas, estão a cooperação policial e judicial, a harmonização de legislações e de coletas de dados, a identificação de redes transfronteiriças de garimpeiros, narcotraficantes, madeireiros e praticantes de exploração ilegal da biodiversidade. Para tal, um ponto positivo correlato é o fortalecimento e a atualização do mandato da OTCA, que proverá a base institucional para o avanço dessa cooperação.

Outro ponto de atenção foi, inclusive, motivo de atrito diplomático. Apesar de incluído nas recomendações da sociedade civil após os Diálogos Amazônicos, o abandono da exploração de petróleo na região foi tema ausente da Declaração de Belém. Publicamente, o presidente colombiano, Gustavo Petro, defendeu a inclusão do tema, sinalizando que a ausência se deveu à falta de consenso entre os oito países. Para Petro, “há um enorme conflito ético, sobretudo por forças progressistas, que deveriam estar ao lado da ciência. (...) [Os governos de] direita têm um fácil escape, que é o negacionismo. Negam a ciência. Para os progressistas, é muito difícil”<sup>2</sup>. A ausência da questão na Declaração de Belém foi bem aceita pela sociedade civil brasileira, que já havia se posicionado publicamente de forma contrária ao projeto da Petrobras de explorar petróleo na foz do Rio Amazonas.

A polêmica, na verdade, é bem mais profunda e deveria ser objeto das preocupações dos analistas, ativistas e governo. Concordando com a avaliação do Embaixador Rubens Ricupero<sup>3</sup>, o Brasil nunca teve qualquer preocupação com a Amazônia, e o próprio Tratado permaneceu inativo desde sua criação. A nosso ver, a Amazônia é um tema estratégico para o Brasil e é, potencialmente, o principal ativo diplomático para torná-lo de fato um *global player*, com o pleno reconhecimento das potências ocidentais e não-ocidentais, como a China. Para tanto, o país tem que obter uma coordenação azeitada com os demais países amazônicos, bem como com as forças sociopolíticas domésticas e, particularmente, com a política ambiental, comandada pela Ministra Marina Silva.

A coordenação da ação coletiva no plano regional deriva do fato de que o território brasileiro abriga 59% da Amazônia e é responsável por 75% da área desmatada. As diferenças de ponto de vista com a Colômbia expressam uma profunda diferença entre, por

1 Disponível em: <https://apublica.org/2023/08/paises-amazonicos-concordam-em-evitar-colapso-da-floresta-mas-discordam-de-como-faze-lo/>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/08/presidente-da-colombia-sobe-o-tom-e-cobra-vizinhos-por-fim-da-exploracao-do-petroleo-na-amazonia.ghtml>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

3 Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/declaracao-da-cupula-da-amazonia-decepciona-especialistas-16623129>. Acesso em 15 de agosto de 2023.





um lado, um compromisso com uma transição energética de redução do uso dos combustíveis fósseis, adotada por aquele país, e, por outro lado, a posição brasileira que aposta em uma diversificação das fontes de energia. Existem também diferenças com a posição da Bolívia, no caso do desmatamento zero, razão por que não se alcançou um compromisso coletivo incluindo os dois temas acima.

Existe, ainda, um outro desafio, eminentemente doméstico, que tem a ver com as inúmeras forças sociopolíticas no país que ou são indiferentes aos destinos da Amazônia, situadas majoritariamente no Sul e Sudeste, por exemplo, ou tem algo a perder com medidas regulatórias contrárias ao desmatamento ou ao banimento dos combustíveis fósseis. Esta situação cria um conflito distributivo doméstico com relação a uma política nacional efetiva no combate à mudança climática. Ora, sem o amplo suporte da sociedade brasileira, o governo e a diplomacia climática do Brasil terão dificuldades de alcançar credibilidade internacional. Este é um componente crucial na equação de alçar a Amazônia à condição de questão estratégica não apenas para a política externa, mas para um governo como o atual, que está comprometido em reconstruir a política ambiental, desmontada no governo passado.

Os desafios são inúmeros, portanto, nos planos regional e doméstico. Transformar a questão amazônica no principal ativo internacional do Brasil, como nunca aconteceu antes, exige um compromisso de longo prazo. Muito se alcançou, em muito pouco tempo, com os resultados inéditos destes dois eventos extraordinários que foram os Diálogos Amazônicos e a Cúpula de Belém. Contudo, a decisão do governo brasileiro sobre o destino do projeto da Petrobrás com respeito à eventual exploração do petróleo na foz do rio Amazonas deveria ser tomada com uma perspectiva de longo prazo, na direção de uma trajetória bem sucedida de evitar o ponto de não retorno da Floresta Amazônica e, simultaneamente, alçar o país à condição de um *global player* nos planos ambiental e climático.

É nesse contexto de relevância política do protagonismo amazônico – tanto internacionalmente quanto na política externa brasileira – que o OPISA executará, ao longo dos próximos três anos, um projeto de pesquisa dedicado ao monitoramento de instituições e atores políticos que têm poder para incidir no desenvolvimento sustentável da região. O estudo será feito em parceria com mais dois grupos de pesquisa do IESP-UERJ: o Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC), que reúne pesquisadores de diferentes departamentos da UERJ, e o Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL), do qual participam pesquisadores de universidades públicas dos nove estados da região.

O projeto se intitula “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia” e foi contemplado no edital Iniciativa Amazônia+10, lançado pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), em 2022<sup>4</sup>. O objetivo do estudo será reunir informações e produzir análises periódicas sobre as visões e ações que entes dos estados brasileiros, dos países amazônicos, de potências extrarregionais e de organizações e fóruns multilaterais manifestam sobre o desenvolvimento sustentável da Pan-Amazônia. O OPISA investigará como a Amazônia aparece nas agendas dos Presidentes e dos Ministérios de Relações Exteriores dos países amazônicos, assim como acompanhará a trajetória da OTCA, após o anúncio recente de sua revitalização. Ao todo, oito fundações estaduais financiarão o projeto. O OPISA receberá aportes da FAPERJ, a quem agradecemos.

Para além da Amazônia, Lula também vem enfatizando que a requalificação da relação do Brasil com os vizinhos sul-americanos voltou a ser uma prioridade da política externa brasileira. Os demais artigos dessa edição do Boletim enfocam temas do nosso entorno regional que indicam tendências e rumos que devem figurar no rol de atenção do Brasil e dos brasileiros. No artigo “A cúpula de presidentes sul-americanos de 2023 e os caminhos em aberto para a integração regional”, Diogo Ives descreve as alternativas que os presidentes

4 Disponível em: <https://www.amazoniamaisdez.org.br/>. Acesso em 15/08/2023.



da região apresentaram para retomar ou abandonar a Unasul, em encontro realizado em maio. Em seguida, Isabella Pereira escreve o “Panorama da política externa colombiana de Petro e Márquez”, resumindo os principais eventos que marcaram o ano inicial do primeiro governo de esquerda no país vizinho. Por fim, Marllon Motta da Rocha e Júlia Furtado Reis resumem, no “Monitor eleitoral: Partido Colorado mantém hegemonia no Paraguai”, os principais resultados da eleição geral paraguaia realizada em abril, que levou Santiago Peña à presidência do país pelos próximos cinco anos.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2023.

**Maria Regina Soares de Lima**  
**Marianna Albuquerque**  
**Diogo Ives**

Coordenadores do OPISA



# *A cúpula de presidentes sul-americanos de 2023 e os caminhos em aberto para a integração regional*

**Diogo Ives<sup>5</sup>**  
Coordenador-adjunto do OPISA

## **Introdução**

Em 30 de maio de 2023, o Brasil sediou, na sua capital, uma cúpula entre presidentes da América do Sul. O evento reuniu todos os chefes de Estado da região, com exceção de Dina Boluarte, presidente do Peru, que se ausentou devido a condições de instabilidade política no país e enviou Alberto Otárola, ministro-chefe do seu gabinete, no seu lugar. Além do anfitrião da cúpula, Luiz Inácio Lula da Silva, e de Otárola, compareceram: Alberto Fernández, da Argentina; Chan Santokhi, do Suriname; Gabriel Boric, do Chile; Guillermo Lasso, do Equador; Gustavo Petro, da Colômbia; Irfaan Ali, da Guiana; Luís Arce, da Bolívia; Luís Lacalle Pou, do Uruguai; Mário Abdo Benítez, do Paraguai; e Nicolás Maduro, da Venezuela.

Do ponto de vista do Brasil, a organização da cúpula significou um gesto político de aproximação em direção a todos os vizinhos sul-americanos, após o relativo distanciamento que marcou o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Naquele período, imperou um discurso oficial sectário em relação a lideranças sul-americanas de esquerda e, logo, não houve interesse em articular iniciativas multilaterais abrangentes e consistentes na vizinhança. Por sua vez, Lula assumiu seu terceiro mandato como presidente brasileiro comprometendo-se com uma “retomada da integração sul-americana, a partir do Mercosul, da revitalização da Unasul e demais instâncias de articulação soberana da região”, conforme declarou em sua posse (SILVA, 2003, s.p.).

O objetivo deste artigo é avaliar os caminhos possíveis para a retomada de uma integração sul-americana após a realização da cúpula presidencial. Na próxima seção, analisamos o documento final da reunião, intitulado Consenso de Brasília, a fim de destacar os principais pontos de concordância anunciados pelos presidentes. Na terceira seção, examinamos discursos dos chefes de Estado que foram enunciados ao longo do dia do evento, com o objetivo de detectar focos de tensão que não apareceram no documento final. Na terceira seção, fazemos um balanço entre as convergências e divergências, resumindo em quatro os caminhos apresentados para a integração regional. Encerremos com algumas considerações finais sobre o que julgamos ser a melhor alternativa para o futuro próximo.

## **O Consenso de Brasília**

O documento final da cúpula presidencial divide-se em nove pontos<sup>6</sup>. Quatro destes pontos (quase metade, portanto) servem exclusivamente para manifestar uma disposição das lideranças ao diálogo: o ponto 1 destaca que os chefes de Estado se reuniram em Brasília para “intercambiar pontos de vista e perspectivas”; o ponto 6 afirma a importância de se manter um diálogo regular; o ponto 7 cria um grupo de contato, integrado por chanceleres, para formular um mapa para a integração à luz de experiências passadas, que será submetido à consideração dos presidentes; e o ponto 9 anuncia uma nova reunião presidencial, porém sem estipular data nem local.

Os outros cinco pontos do documento são mais substantivos e contêm avaliações sobre a conjuntura internacional e o perfil que a integração sul-americana deve assumir. Um destes pontos trata praticamente de uma agenda apenas: comércio, destacando o objetivo de se alcançar “uma efetiva área de livre comércio sul-americana”. Neste ponto, os países

5 Agradecemos a Maria Regina Soares de Lima por contribuições à nossa reflexão.

6 Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/consenso-de-brasilia-2013-30-de-maio-de-2023](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/consenso-de-brasilia-2013-30-de-maio-de-2023). Acesso em 01/07/2023.



se comprometem a aumentar as trocas comerciais, aplicar regras de facilitação, eliminar medidas unilaterais, melhorar a infraestrutura logística e firmar acordos de complementação econômica, inclusive nos marcos da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Não houve menção aos dois blocos comerciais já existentes, Mercosul e Aliança do Pacífico. Além de comércio, o ponto inclui a ambição de se aumentar investimentos e medidas de integração financeira.

Nos outros quatro pontos mais substantivos do documento, diferentes temas são mencionados mais de uma vez. É possível resumi-los em três agendas, sem haver uma hierarquia entre elas. A primeira agenda é a de paz e segurança. Os presidentes avaliam que há ameaças a estes dois elementos no plano global hoje e que, em contraste, a América do Sul deve ser uma zona de paz e cooperação, sendo a sua integração vista como um meio para se construir um mundo mais pacífico. Em termos concretos, comprometem-se a defender a soberania, a não intervir em assuntos domésticos e a cooperar em matéria de “defesa, segurança, integração de fronteiras, combate ao crime organizado transnacional e segurança cibernética”.

A segunda agenda, que aparece tanto quanto a contenção da violência, é a de meio ambiente. Os presidentes entendem que o mundo passa por uma crise climática e por pressões sobre as cadeias de energia. Neste cenário, avaliam que a América do Sul deve ser uma região de desenvolvimento sustentável e enfrentar a mudança do clima por meio de transição ecológica, transição energética (com destaque para uma interconexão de sistemas e promoção de energias limpas), cooperação em recursos hídricos, auxílio em desastres naturais e “mecanismos inovadores de financiamento [...], entre os quais poderia ser considerado o ‘swap’, por parte de países desenvolvidos, de dívida por ação climática”.

A terceira agenda com tanto destaque quanto as anteriores é a de desigualdade social. Os líderes sul-americanos avaliam que há um aumento desta desigualdade em curso no mundo e que um desenvolvimento sustentável na região precisa ser acompanhado de justiça social. Neste sentido, estipulam o “combate à pobreza, à fome e a todas as formas de desigualdade e discriminação”, com destaque para a promoção da igualdade de gênero e da proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, como migrantes e povos indígenas. No que toca a fome, o Consenso de Brasília destaca que há pressões sobre cadeias de alimentos aumentando no mundo e que os países da região devem promover segurança alimentar e sistemas alimentares baseados na agricultura tradicional.

Além destes três temas, aparece, em três dos quatro pontos substantivos do documento, a disposição dos governantes em cooperar na agenda de saúde, especialmente no fortalecimento das capacidades sanitárias dos países, diante dos riscos de novas pandemias. Também em três pontos, aparece uma defesa da democracia, dado o aumento de ameaças à estabilidade institucional dos países. Finalmente, um compromisso com os direitos humanos é expresso em apenas um ponto. Em suma, portanto, o Consenso de Brasília é marcado por sete ênfases: 1) disposição ao diálogo de alto nível, 2) cooperação em economia, 3) cooperação em paz e segurança, 4) cooperação em meio ambiente (com ênfase em transição energética), 5) cooperação no combate a desigualdades econômicas e sociais, 6) cooperação em saúde e 7) defesa da democracia.

Diante desta pluralidade de temas, há um elemento que chama atenção pela sua ausência no documento: a Unasul (União das Nações Sul-Americanas), instituição criada por tratado em 2008, mas que teve sua primeira versão na CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações), fórum estabelecido na Declaração de Cusco de 2004, emitida após uma cúpula de presidentes sul-americanos. A ausência se faz lembrar porque a Unasul possuía uma estrutura de conselhos ministeriais que procuravam avançar a integração regional em uma variedade de temas, como infraestrutura, defesa, segurança, economia, energia, educação, cultura, saúde e eleições, além de contar com um conselho de chefes de Estado como órgão decisório máximo. Enquanto a CASA ambicionava a constituição de uma zona de livre comércio sul-americana, a Unasul deixou de lado esta agenda comercial – que tende a ser travada por diversos interesses e *lobbies* – e priorizou políticas públicas com maior potencial de convergência entre os países.



O fato de os presidentes sul-americanos terem concordado em cooperar em múltiplos temas, mas deixarem de mencionar a Unasul, sugere uma tendência majoritária de recusa a uma forma de cooperação que seja institucionalizada no mesmo formato daquela organização. Convém lembrar que a Unasul foi esvaziada em agosto de 2018, após Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru suspenderam a suas participações. O movimento foi uma reação à recusa da Venezuela, apoiada por Bolívia, Equador e Suriname, a uma indicação de secretário-geral feita pelo governo argentino de Mauricio Macri, em janeiro de 2017, que desagradava ao governo venezuelano de Nicolás Maduro por motivos políticos. Este veto venezuelano havia paralisado a Unasul, pois havia uma regra que exigia consenso para a escolha do secretário-geral. Paralelamente, a partir de agosto de 2017, os mesmos seis países que se ausentariam da Unasul no ano seguinte passaram a se reunir no Grupo de Lima, fórum de pressão, apoiado pelos Estados Unidos, contra o governo Maduro, tratado como antidemocrático e cujo fim entendia-se que deveria ser discutido na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Todo este cenário de tensão era ilustrativo da polarização entre esquerda e direita que começava a se manifestar na América do Sul à época e que contrastava com a hegemonia da esquerda que havia imperado no momento constitutivo da Unasul. Em 2019, a polarização se aprofundou com a formação do Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul). A iniciativa reunia os seis países que haviam deixado de participar da Unasul no ano anterior, além de Equador e Guiana, em uma composição de governos marcadamente à direita. A Declaração de Santiago, que estabeleceu o fórum, também estipulava uma cooperação multitemática ao modo da Unasul (infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e manejo de desastres naturais), mas previa uma estrutura flexível, isto é, sem institucionalização. Entretanto, o Prosul não rendeu nenhum resultado concreto para além de debilitar a Unasul.

O fato de o encaminhamento mais prático do Consenso de Brasília se limitar à criação de um grupo de trabalho para discutir os rumos da integração é indicativo de que não haverá uma recriação imediata da Unasul, cuja sede física, em Quito, já não existe mais e cujos documentos atualmente estão em um depósito, em Buenos Aires<sup>7</sup>. Em abril de 2023, Lula chegou a promulgar novamente o tratado constitutivo da Unasul, em um gesto de que o Brasil estaria disposto a reconstruí-la. Porém, a falta de menção a ela, no documento final da cúpula presidencial, evidenciou que o cenário de divisão político-ideológica na vizinhança segue sendo um impeditivo para uma simples volta ao passado. A seção seguinte ajuda a entender por quê.

### **As fissuras no Consenso de Brasília**

A cúpula presidencial foi dividida em uma reunião pela manhã, na qual cada presidente fez um discurso perante os demais, e em uma reunião à tarde, com conversas diretas e mais informais entre as partes, além de um almoço e um jantar<sup>8</sup>. Na reunião da manhã, apenas a fala de abertura do presidente brasileiro foi transmitida oficialmente ao público, ao passo que os governos dos demais países decidiram por si se divulgavam seus pronunciamentos por canais próprios, se falavam com a imprensa à parte ou se apenas emitiam um comunicado oficial. A reunião da tarde não teve nenhuma transmissão. Nos parágrafos a seguir, fazemos uma breve síntese do que foi divulgado por cada presidente no que toca os temas e a forma que cada um apresentou como preferível para a integração regional.

No discurso de abertura da cúpula, Lula enfatizou o desejo de se construir um futuro compartilhado na América do Sul em meio a distintas posições políticas e ideológicas<sup>9</sup>.

7 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/06/venezuela-nao-e-obstaculo-para-integracao-da-america-do-sul-diz-articulador-da-unasul.shtml>. Acesso em 01/07/2023.

8 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/lula-se-reune-com-presidentes-sul-americanos-em-brasilia>. Acesso em 01/07/2023.

9 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-reuniao-com-presidentes-de-paises>

Elencou dez propostas bastante específicas em temas diferentes, mas que tinham em comum a exigência de planejamento e regulação de longo prazo, desde o aumento da vacinação à redução no uso do dólar no comércio<sup>10</sup>. Entretanto, o presidente brasileiro refletiu, sobretudo, sobre a forma da integração. Lembrou que a CASA “era apenas um foro, sem estrutura permanente”, ao passo que a Unasul era uma “organização dotada de personalidade jurídica, sede e secretariado próprios”. Lula atribuiu o enfraquecimento desta última ao fato de terem deixado “que as ideologias nos dividissem”, mas lembrou que se trata de um patrimônio coletivo ainda existente, com sete membros plenos, e que “é importante retomar seu processo de construção”. Porém, salientou:

Ao fazê-lo, é essencial avaliar criticamente o que não funcionou e levar em conta essas lições. Precisamos de mecanismos de coordenação flexíveis, que confirmem agilidade e eficácia na execução de iniciativas. Nossas decisões só terão legitimidade se tomadas e implementadas democraticamente. Mas a regra do consenso poderia estar restrita a temas substantivos, evitando que impasses nas esferas administrativas paralisessem nossas atividades. Seria um erro restringir as atividades às esferas de governo. Envolver a sociedade civil, sindicatos, empresários, acadêmicos e parlamentares dará consistência ao nosso esforço. Ou os processos são construídos de baixo para cima ou não são viáveis e estarão fadados ao fracasso.

Lula afirmou não ter “ideias pré-concebidas sobre o desenho institucional futuro que poderíamos adotar”, mas que estava “pessoalmente convencido da necessidade de um foro que nos permita discutir com fluidez e regularidade”. Nesse sentido, sugeriu a criação de “um Grupo de Alto Nível, a ser integrado por representantes pessoais de cada Presidente [...], [que] terá 120 dias para apresentar um mapa do caminho”. Cabe notar que este grupo de trabalho foi incluído no Consenso de Brasília, mas em um formato diferente do que foi sugerido pelo presidente brasileiro: integrado apenas por chanceleres e sem data para entregar resultados. Conforme informam Coletta e Machado<sup>11</sup>, a mudança no perfil dos integrantes foi pressionada pelo Uruguai, que queria um grupo de trabalho menos político e mais técnico.

O presidente uruguaio, Luís Lacalle Pou, transmitiu seu discurso pela internet<sup>12</sup>. Em contraste a Lula, opôs-se ao que chamou de tendência à criação de organizações e foi taxativo: “Chega, basta de instituições!”. Lembrou que retirou seu país da Unasul e que não o ingressou no Prosul, por serem ambos clubes ideológicos, na sua visão. Em vez de uma volta da Unasul, apoiou que a cooperação se dê em torno de temas pontuais. Destacou o potencial de ações bilaterais, como obras de construção civil e melhorias em hidrovias. Na

---

[da-america-do-sul](#). Acesso em 02/07/2023.

10 1) Colocar a poupança regional a serviço do desenvolvimento econômico e social, mobilizando os bancos de desenvolvimento como a CAF, o Fonplata, o Banco do Sul e o BNDES; 2) aprofundar nossa identidade sul-americana também na área monetária, mediante mecanismo de compensação mais eficientes e a criação de uma unidade de referência comum para o comércio, reduzindo a dependência de moedas extrarregionais; 3) implementar iniciativas de convergência regulatória, facilitando trâmites e desburocratizando procedimentos de exportação e importação de bens; 4) ampliar os mecanismos de cooperação de última geração, que envolva serviços, investimentos, comércio eletrônico e política de concorrência; 5) atualizar a carteira de projetos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), reforçando a multimodalidade e priorizando os de alto impacto para a integração física e digital, especialmente nas regiões de fronteira; 6) desenvolver ações coordenadas para o enfrentamento da mudança do clima; 7) reativar o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, que nos permitirá adotar medidas para ampliar a cobertura vacinal, fortalecer nosso complexo industrial da saúde e expandir o atendimento a populações carentes e povos indígenas; 8) lançar a discussão sobre a constituição de um mercado sul-americano de energia, que assegure o suprimento, a eficiência do uso de nossos recursos, a estabilidade jurídica, preços justos e a sustentabilidade social e ambiental; 9) criar programa de mobilidade regional para estudantes, pesquisadores e professores no ensino superior, algo que foi tão importante na consolidação da União Europeia; e 10) retomar a cooperação na área de defesa com vistas a dotar a região de maior capacidade de formação e treinamento, intercâmbio de experiências e conhecimentos em matéria de indústria miliar, de doutrina e políticas de defesa.

11 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/paises-vetam-mencao-a-unasul-em-comunicado-final-da-reuniao-de-lideres-sul-americanos.shtml>. Acesso em 02/07/2023.

12 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=imF22yYTKrk>. Acesso em 02/07/2023.





sequência, manifestou insatisfação com o Mercosul, por limitar a inserção internacional dos países-membros. Por outro lado, afirmou que vê potencial na ALADI e em acordos de complementação econômica. Também elogiou a CELAC por ter mecanismos de interação com a China.

Na segunda metade do seu discurso, Lacalle Pou criticou uma reunião bilateral ocorrida no dia anterior, 29 de maio, entre os presidentes de Brasil e Venezuela. Dirigiu-se a Lula e afirmou ter ficado surpreso com uma declaração à imprensa de que denúncias sobre autoritarismo e antidemocracia na Venezuela eram uma “narrativa”<sup>13</sup>. Lacalle Pou afirmou que o governo de Maduro não respeita os direitos humanos e faz presos políticos. Manifestou apoio a tentativas de mediação já existentes para que a democracia torne-se plena na Venezuela. E finalizou afirmando que, apesar de o Consenso de Brasília (ainda em negociação naquele momento) estipular respeito à democracia e direitos humanos, estava claro que os países signatários não tinham as mesmas definições sobre estes conceitos.

Por sua vez, o presidente do Chile, Gabriel Boric, manifestou posições próximas às de Lacalle Pou em uma declaração à imprensa concedida após a cúpula<sup>14</sup>. Afirmou que a unidade sul-americana deve se basear em fatos concretos e pontuais, mencionando questões de cultura (como maior atenção à América do Sul em currículos escolares), migração (negociações diretas com Peru e Venezuela), clima (cooperação no combate aos efeitos de eventos extremos, como El Niño) e crime organizado (cooperação entre polícias e aduanas). Sobre economia, apenas mencionou que o Chile já tem acordos comerciais com países e blocos. O chanceler chileno, Alberto Van Klaveren, na mesma coletiva de imprensa, especificou que seu governo prefere construir um fórum de concertação política do que retomar a Unasul.

Além disso, Boric também expressou críticas a Maduro e explicitou discordância com a declaração de Lula a respeito do governo venezuelano. Saudou a participação de Maduro em um espaço de diálogo multilateral, mas salientou que isto não implicava deixar de reconhecer as violações de direitos humanos cometidas pela Venezuela. Por outro lado, criticou os Estados Unidos e a União Europeia por imporem sanções econômicas que prejudicariam, sobretudo, o povo venezuelano. Por fim, destacou que o Chile já participa de um grupo de contato convocado por México e Colômbia para garantir que as próximas eleições presidenciais na Venezuela tenham lisura.

Os presidentes do Paraguai, Mario Abdo Benítez, e do Equador, Guillermo Lasso, endossaram a necessidade de se proteger e fortalecer a democracia e os direitos humanos em seus discursos, porém não citaram a Venezuela diretamente. Abdo mencionou que estava prestes a deixar a Presidência de seu país e que caberia ao seu sucessor (Santiago Peña, do mesmo Partido Colorado) pensar o rumo das relações externas paraguaias<sup>15</sup>. Por sua vez, Lasso concordou com a visão de que a integração regional deve ser pragmática e focada em poucos temas<sup>16</sup>. Destacou dois assuntos como prioritários: segurança, como combate ao crime organizado, à mineração ilegal e ao tráfico de pessoas, inclusive migrantes; e meio ambiente, como poluição de oceanos por plástico, descarbonização e proteção da biodiversidade. Neste último item, destacou que o Equador conseguiu trocar US\$ 1,6 bilhão de dívida externa por promessas de investimento de preservação das Ilhas Galápagos.

Por sua vez, Gustavo Petro, presidente colombiano, também destacou a troca de dívida externa por ação climática, na Amazônia, como um item importante para a agenda regional<sup>17</sup>. Seu discurso não foi divulgado, mas, em entrevista à imprensa, afirmou que as mudanças climáticas são o principal problema da humanidade. Neste tema, porém,

13 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-diz-que-venezuela-e-vitima-de-narrativa-de-antidemocracia-e-autoritarismo/>. Acesso em 02/07/2023.

14 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uMhwqO18Tvc>. Acesso em 03/07/2023.

15 Disponível em: <https://www.mre.gov.py/index.php/noticias-de-embajadas-y-consulados/presidente-mario-abdo-expone-su-vision-sobre-la-integracion-sudamericana-en-brasilia>. Acesso em 03/07/2023.

16 Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/cumbre-el-presidente-lasso-pide-a-sudamerica-fortalecer-y-proteger-las-democracias/>. Acesso em 03/07/2023.

17 Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2023/05/30/gustavo-petro-se-pronuncio-tras-su-llegada-a-la-cumbre-de-presidentes-en-brasil-america-latina-esta-unida-en-discursos-pero-no-proyectos/>. Acesso em 03/07/2023.

América Latina estaria unida apenas em discurso, em vez de ter projetos concretos. Além da conversão da dívida externa, o mandatário acrescentou que a interconexão elétrica é outro objetivo em que a região tem potencial para trabalhar conjuntamente. No mesmo dia da cúpula, Petro anunciou a reinclusão da Colômbia na Unasul, mas afirmou que proporia uma mudança de nome para Associação das Nações Sul-Americanas, a fim de garantir maior pluralismo e permanência no tempo<sup>18</sup>.

Em relação ao Peru, o ministro que representava o país, Alberto Otárola, apenas informou à imprensa que, durante seu discurso, pediu diretamente ao presidente colombiano que parasse com “ataques demagógicos” e “atitudes beligerantes” ao seu país, em respeito ao princípio da não-ingerência em assuntos domésticos alheios<sup>19</sup>. Petro é crítico da forma como ocorreu a destituição do ex-presidente peruano Pedro Castillo, ação que levou à posse da então vice-presidente Dina Boluarte.

No caso da Argentina, o governo divulgou somente parte do discurso de Alberto Fernández<sup>20</sup>. Demonstrando grande sintonia com Lula, o presidente afirmou que concordava com tudo o que o homólogo brasileiro havia dito sobre retomar a Unasul em bases mais ágeis, o que significava substituir a tomada de decisão via consenso por votações de maioria. Também afirmou que a unidade regional precisa ser pensada como uma política de Estado, o que implicaria aceitar mudanças na forma de integração, mas pensar em uma agenda que deve se estender para além de curtos mandatos presidenciais. Algumas semanas antes da cúpula, em 5 de abril, Fernández anunciou o retorno da Argentina à Unasul.

Por sua vez, o presidente da Bolívia, Luis Arce, também demonstrou apoio à Unasul e à agenda proposta por Lula, em discurso que foi transmitido pela internet<sup>21</sup>. Afirmou que a organização representa uma oportunidade de integração multidimensional, em sintonia com a multiplicidade de crises interconectadas que o mundo enfrenta e que exigem respostas coordenadas. Além disso, ela seria estratégica para unir países do Sul em torno de visões comuns, o que, porém, estaria impedido por ideologias que preferem uma subordinação ao Norte, em vez de uma convivência entre diferentes. Arce acrescentou que a Unasul seria importante para se transitar a um mundo multipolar, com maior equilíbrio de poder e menor ingerências externas em assuntos internos. Lembrou que a Bolívia passou por um golpe de Estado em 2019, derrotado no ano seguinte, e destacou a ultradireita como uma ameaça à democracia em países da região.

Por fim, Nicolás Maduro, presidente venezuelano, também transmitiu seu discurso virtualmente<sup>22</sup>. Afirmou que não responderia às críticas dirigidas a ele, limitando-se a dizer que a Venezuela enfrentava uma tentativa externa de derrotar o projeto político bolivariano por meio de intimidação militar, sufocamento econômico e isolamento diplomático. Salientou que estava disposto a debater qualquer assunto sobre a Venezuela, desde que respeitado o princípio de não-ingerência interna. Além disso, somou-se à linha de apoios à Unasul. Lembrou que participou de sua criação quando era chanceler do governo Chávez e elogiou a importância de cada conselho formado, inclusive para atender problemas que os presidentes contrários à volta da organização estavam apontando durante a reunião. Maduro culpou a polarização ideológica pelo retrocesso do projeto. Posto que o tratado da Unasul está vigente em alguns países e em outros não e que, nestes últimos, uma reintegração tende a ser obstaculizada pelos Congressos nacionais dominados por conservadores, sugeriu que todos conformassem, ao menos, uma agenda de trabalho e um cronograma permanente de reuniões semestrais.

Sobre os discursos de Chan Santokhi, presidente do Suriname, e Irfaan Ali, da Guiana, não encontramos transmissões, comunicados oficiais ou notícias de imprensa relevantes.

18 Disponível em: <https://twitter.com/petrogustavo/status/1663704371303989248>. Acesso em 03/07/2023.

19 Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/gobierno/2023/05/30/alberto-otarola-le-pedi-a-petro-frente-a-frente-que-cese-el-ataque-demagogico-contra-el-peru-2875650>. Acesso em 03/07/2023.

20 Disponível em: <https://www.casarsoda.gov.ar/informacion/discursos/49933-fragmento-del-discurso-del-presidente-de-la-nacion-alberto-fernandez-en-el-encuentro-de-presidentes-de-los-paises-de-america-del-sur-en-el-palacio-de-itamaraty-en-brasilia-brasil>. Acesso em 03/07/2023.

21 Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=nrL5m9Qz\\_HA](https://www.youtube.com/watch?v=nrL5m9Qz_HA). Acesso em 03/07/2023.

22 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QjZqGJ88U5E>. Acesso em 03/07/2023.





## Os caminhos possíveis entre o consenso e as fissuras

Diante do exposto acima, é possível delinear quatro caminhos existentes para o futuro da integração sul-americana hoje. Um primeiro caminho foi colocado por Lula e apoiado por Fernández: retomar uma Unasul multitemática que seja integrada por toda a vizinhança, na sua diversidade, com apenas uma mudança pontual. O incentivo para atrair os países ausentes da organização seria a revisão do dispositivo que levou ao impasse de 2017-2018, isto é, a regra de consenso para decisões importantes, especialmente a escolha da secretaria-geral. Em termos políticos, isto implicaria a possibilidade de haver decisões sem unanimidade, evitando casos de veto. Poderia haver, por exemplo, a indicação de um(a) secretário(a)-geral eleito pela maioria que desagrade à Venezuela, que fortaleça o conselho de observação eleitoral e que seja mais incisivo na defesa de direitos humanos, como querem os governos mais à direita. Entretanto, a amplitude do que os direitos humanos significam permitiria que a região dialogue tanto sobre ameaças autoritárias à esquerda quanto à direita, além de bloqueios econômicos extrarregionais que afetam civis, de modo a dar incentivos para a Venezuela participar da Unasul também. O processo de retomada da organização passaria simultaneamente, portanto, por negociações políticas sobre seu futuro comando. O problema de uma nova sede para a organização existiria nesta via.

Um segundo caminho foi proposto por Petro: manter a ideia de uma Unasul plural, porém em uma versão mais fraca em forma e abrangência de temas. O redimensionamento se daria por meio de uma reforma ou reinterpretação do tratado da Unasul, passando da ideia de “união” à de “associação”. Na prática, isto parece implicar uma aproximação à antiga CASA, que não era uma organização institucionalizada, mas sim um fórum de debates. Este caminho não exigiria a recriação de uma sede, embora tampouco elimine a possibilidade, a depender do grau de mudança que se negocie. Além disso, o presidente colombiano é mais inclinado a concentrar a agenda no tema do meio ambiente e de uma transição energética do que em retomar uma multiplicidade de pautas. Trata-se de um conjunto de incentivos maiores para incluir os governos mais à direita, porém menos capaz de responder às múltiplas crises que o mundo atravessa ao propor a concentração de esforços em uma delas.

Um terceiro caminho foi esboçado por Maduro: manter a Unasul como está, isto é, uma instituição multitemática e integrada por menos países do que no passado. Atualmente, seu tratado está vigente em sete países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana (mas que se declarou suspensa em 2018), Suriname e Venezuela. Maduro parece sugerir que a Unasul se afirme como um bloco apenas de países mais inclinados à esquerda, enquanto os demais países seriam relegados a uma espécie de interlocutores ou observadores em reuniões. Neste caminho, o problema imediato estaria em reconstruir uma sede.

Finalmente, um quarto caminho foi defendido por Lacalle Pou, Boric e Lasso: o abandono definitivo da Unasul e uma concertação mais informal, sem tratado regulador ou sede. Os temas priorizados dependeriam de conjunturas políticas, governos de ocasião e atores interessados em cooperar. A pretexto de uma divergência intransponível sobre direitos humanos, a debilidade proposital desta articulação daria mais liberdade para os países fazerem acordos fora da América do Sul, o que significaria situar, na prática, a cooperação regional em um segundo plano de prioridade. Enquanto Lacalle Pou parece interessar-se sobretudo por ganhos de novos mercados e por um recorte geográfico que valorize mais a América Latina do que a América do Sul, Boric e Lasso convergem no potencial de sul-americanos cooperarem entre si para lidar com problemas de meio ambiente, crime organizado e migração (sendo este último uma decorrência da crise venezuelana, que gerou milhares de refugiados).

## Considerações Finais

Da nossa perspectiva, o caminho apontado pelo Brasil é o que representaria uma integração regional ideal, na qual todos os vizinhos sul-americanos compartilhariam

benefícios e custos de forma planejada, com uma sede e um secretariado próprio. No entanto, trata-se de uma proposta maximalista que, como se viu, apenas suscitou o apoio claro da Argentina. A cúpula acabou situando, por comparação, a proposta brasileira (de volta ao passado da Unasul com apenas um ajuste no processo decisório) em um extremo e a proposta chilena, uruguaia e equatoriana (de fim da Unasul) em outro.

Para evitar o mal maior, deve-se reconhecer que o ótimo é inimigo do bom. O movimento mais realista, na atual conjuntura, parece ser adotar uma posição intermediária entre os polos. A visão venezuelana (de inércia da atual Unasul) acentuaria uma divisão regional já existente e levaria, mais bem, a uma União de Algumas Nações Sul-Americanas, destinada à irrelevância. Por sua vez, a proposta colombiana nos parece mais adequada, por pretender uma reinclusão de todos os países sul-americanos na Unasul, formalizada em um tratado, porém repactuado, mais flexível, menos custosa e focada em uma agenda de suma importância no plano internacional hoje.

Em vez de centrar a reflexão em uma mudança na regra do consenso para a secretaria geral<sup>23</sup> ou uma negociação em torno de que país abrigaria uma nova sede<sup>24</sup>, o processo de convencimento dos governos reticentes à volta de uma Unasul ou algo semelhante parece ser facilitado se houver uma concentração de esforços no tema específico do meio ambiente. Ele aparece como fonte de preocupação da maioria dos governos que propõem caminhos diferentes ao brasileiro. Em seu discurso, Lula chegou a reconhecer que uma ação coletiva para conter o aquecimento global é importante porque “o que ocorre na Amazônia tem efeito sobre a Bacia do Prata”, mas, ao elencar as dez propostas para integração, incluiu uma vaga menção a “desenvolver ações coordenadas para o enfrentamento da mudança do clima”<sup>25</sup>.

Em verdade, inúmeros desafios regionais são atravessados pela questão climática: o que fazer com as reservas de petróleo de Brasil, Venezuela, Guiana e outros países diante do imperativo da descarbonização; como negociar o acesso de Estados Unidos, União Europeia e China às reservas de lítio e outros minérios; como pressionar o Norte por transferências de tecnologia verde que qualifiquem a industrialização; como pensar políticas sociais que respeitem o princípio da justiça climática, protejam ativistas ambientais, fomentem pesquisas científicas e enfrentem a desinformação virtual; como difundir políticas regulatórias de créditos de carbono e biodiversidade que não levem empresas a fazerem *greenwashing*; como impedir, via ações de segurança, que o combate ao desmatamento, as queimadas, à mineração ilegal e à intimidação de indígenas em uma parte da Amazônia não leve ao mero deslocamento dos criminosos a outras áreas da floresta; como lidar com poluições, incêndios ou secas que atravessam fronteiras etc.

Clima é, pois, um tema com potencial transversal a múltiplas agendas que, se colocado no centro do debate regional, pode abrir o maior espaço para pontos de contato entre os diferentes governos sul-americanos. Há grande atenção de potências do Norte à pauta ambiental atualmente, o que exige que países do Sul se articulem para se defender de novas formas de dependência. Dentro de um país, mitigar as mudanças climáticas e se adaptar a elas requer ações ministeriais planejadas nos âmbitos de energia, mineração, agricultura, indústria, finanças, ciência, saúde, cultura, educação, defesa e segurança. Levada para a dimensão regional, a agenda climática pode servir como um núcleo articulador de demandas multitemáticas de desenvolvimento e segurança da América do Sul, ainda que, inicialmente, parta-se de um recorte de assuntos (energia e combate a desmatamentos, por exemplo) e seja debatida em um formato menos institucionalizado do que havia na antiga Unasul. Por outro lado, a flexibilidade tem o benefício de facilitar a participação da sociedade civil nas discussões, que se tornam menos burocratizadas. Dada a força que o ambientalismo tem nas sociedades da região, uma maior abertura de todos os Estados ao diálogo com as populações seria bem-vinda em uma nova fase da integração sul-americana.

23 Cf. Long e Suñé, 2022. Disponível em: <https://cepr.net/wp-content/uploads/2022/10/Long-Sune-2022-P-DF.pdf>.

24 Cf. Nolte, 2022. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/uma-nova-unasul-o-regresso-de-um-zumbi/>.

25 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-reuniao-com-presidentes-de-paises-da-america-do-sul>. Acesso em 02/07/2023.



# Panorama da política externa colombiana de Petro e Márquez

Isabella P. F. Pereira  
Pesquisadora do OPISA

## Introdução

Eleito em 19 de junho de 2022 como presidente da Colômbia e tendo tomado posse no dia 07 de agosto do mesmo ano, Gustavo Petro vem perseguindo, ao longo dos primeiros dez meses de governo, uma agenda de maior cooperação regional no âmbito externo e de conciliação social no plano doméstico. Junto a ele, Francia Márquez compôs a chapa que liderou a coligação “Pacto Histórico”, vitoriosa após eleições intensamente disputadas, na qual obteve 50,4% dos votos em um segundo turno.

O novo governo é marcado por muitos “primeiros”, sendo o próprio presidente o primeiro governante de esquerda eleito na Colômbia, amplamente conhecido como guerrilheiro do M-19 e ocupante de outros cargos públicos relevantes no passado, como os de deputado, prefeito da cidade de Bogotá e senador (NIÑO; GONÇALVES, 2022). Ao mesmo tempo, Francia Márquez é a primeira mulher negra a assumir o cargo de vice-presidência. Conhecida por seu ativismo no campo ambiental e da igualdade étnico-racial e de gênero, representa, portanto, uma população historicamente excluída dos processos de decisão no Estado colombiano<sup>26</sup>.

Os ideais políticos da dupla que ocupa a Casa de Nariño se refletem em alguns dos principais acontecimentos da política externa colombiana, como a retomada de relações com a Venezuela, governada por Nicolás Maduro e o possível surgimento de uma concertação amazônica em prol da conservação da floresta. Ao mesmo tempo, internamente, a retomada das negociações com grupos guerrilheiros, como o ELN, ocupa papel central na agenda da presidência, assim como a necessidade de conciliar os anseios de uma chapa mais à esquerda e ávida por mudança com grupos mais conservadores que ocupam cargos no Congresso colombiano.

O objetivo deste artigo é expor um resumo dos principais acontecimentos políticos dos primeiros dez meses do governo Petro. Iniciamos tratando do restabelecimento de relações entre Colômbia e Venezuela, um dos primeiros feitos. Em um segundo momento, focamos nas questões fronteiriças que afetam os dois países, com foco, sobretudo, nos desaparecimentos forçados na região – tendência que vem aumentando nos últimos anos. Em seguida, é feito um breve resumo sobre a Política de Paz Total, seus desafios e conquistas até o momento. Por fim, trata-se brevemente da agenda climática colombiana, uma das grandes inovações anunciadas pela chapa Petro-Márquez.

## A retomada das relações entre Colômbia e Venezuela

A aproximação entre o governo de Gustavo Petro com o de Maduro inaugura uma nova fase na política externa colombiana. Os países haviam rompido relações durante o governo de Iván Duque, após o mesmo reconhecer, em 2019, o então novo mandato do presidente venezuelano como ilegítimo<sup>27</sup> e apoiar o seu opositor, Juan Guaidó, como presidente interino da Venezuela<sup>28</sup>. A reaproximação ocorreu quase 4 anos após o episódio, tendo sido este um dos primeiros tópicos de política externa tratados por Petro.

26 Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/francia-marquez-el-fenomeno-politico-que-lle-na-plazas-hasta-en-el-extranjero/202206/>. Acesso em: 08/06/2023.

27 Conjuntura Latitude Sul. Colômbia e Venezuela retomam relações diplomáticas. Agosto de 2022. Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/09/ConjunturaLATSUL\\_Agosto2022.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/09/ConjunturaLATSUL_Agosto2022.pdf). Acesso em: 08/06/2023.

28 Disponível em: <https://www.semana.com/mundo/articulo/nicolas-maduro-rompe-relaciones-con-colombia/602647/>. Acesso em: 09 jun. 2023.



Na ocasião, o presidente colombiano reforçou que as relações entre os países vizinhos não devem ser rompidas, independentemente de processos políticos internos, mas denunciou que violações de direitos humanos ocorreram nas fronteiras, as quais devem ser investigadas de forma mais aprofundada. A retomada das relações foi marcada pela chegada da equipe diplomática venezuelana liderada pelo embaixador apontado por Caracas, Félix Plasencia, no dia 28 de agosto, a Bogotá. Na mesma data, o embaixador colombiano Armando Benedetti aterrissou na capital venezuelana.

Neste primeiro momento, a agenda prioritária entre os Estados continha a reativação do comércio na zona de fronteiras, o reforço da segurança na região, a concessão de isenções fiscais e o fomento a uma legislação que incentiva investimentos da Colômbia em projetos para desenvolver a região<sup>29</sup>.

Em 26 de setembro, as fronteiras entre os dois Estados foram reabertas, dando continuidade ao processo de normalização das relações. Segundo o governo Petro, era esperado que, com a reabertura das fronteiras, o comércio bilateral alcançasse cerca de US\$ 1,2 bilhão. Apesar de encerrarem o ano em uma cifra de US\$ 728,4 milhões, os números mostram um crescimento contínuo das relações comerciais entre os países<sup>30</sup>. Apenas no primeiro bimestre de 2023, o comércio entre Venezuela e Colômbia atingiu a marca de US\$ 116 milhões de dólares, um crescimento de 49,8% em relação ao mesmo bimestre no ano de 2022<sup>31</sup>.

Ressalta-se que as fronteiras entre os dois países estavam fechadas desde o rompimento de relações diplomáticas, em 2019, mas que a fronteira terrestre para a passagem de veículos havia sido interrompida em 2015, o que dificultava a comercialização de bens entre os dois Estados desde antes das tensões de 2019 entre Duque e Maduro.

Conforme se observa, a Venezuela ocupa um espaço importante na agenda de política externa de Petro. Por isso, é importante que nos voltemos para outros dois pontos que atravessam a relação bilateral: a questão migratória entre Venezuela e Colômbia e a possível criação de um bloco amazônico na região.

### A questão migratória na fronteira com a Venezuela

Em 2020, encerrou-se o mandato do primeiro presidente do Novo Banco de DesenPara além dos avanços comerciais, a reabertura de fronteiras visou também à diminuição do fluxo de pessoas e bens de consumo nas rotas irregulares, também conhecidas como *trochas*. Esperava-se, portanto, que os cruzamentos fronteiriços passassem a ser feitos por vias oficiais. No entanto, um fenômeno que teve início nos anos 1970 e 1980 ainda é observado com certa frequência na região: o desaparecimento forçado<sup>32</sup>, sobretudo de venezuelanos, que ainda se arriscam nas rotas irregulares – e controladas por grupos criminosos – em busca de melhores oportunidades na Colômbia.

Com mais de dois mil quilômetros de extensão, a fronteira entre Colômbia e Venezuela é uma das mais conturbadas das Américas, sobretudo nas áreas vizinhas à Cúcuta, cidade colombiana que está entre as 50 mais violentas do mundo. Esta tendência ao crescimento da violência se deu a partir de meados do século XX, coincidindo com o período de emigração em massa de colombianos para a Venezuela em busca de melhores qualidades de vida

29 Conjuntura Latitude Sul, op. Cit., p. 06.

30 Conjuntura Latitude Sul. Colômbia e Venezuela reabrem fronteira. Setembro de 2022. Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/10/ConjunturaLATSUL\\_Setembro2022.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/10/ConjunturaLATSUL_Setembro2022.pdf). Acesso em: 08/06/2023.

31 Disponível em: <https://www.mincit.gov.co/mincomercioexterior/apertura-de-la-frontera-entre-colombia-y-venezuela/estadisticas-de-intercambio-comercial#:~:text=Luego%20de%20eso%2C%20vino%20la,728%2C4%20millones%20de%20d%C3%B3lares>. Acesso em: 09 jun. 2023.

32 Por desaparecimento forçado entende-se: “(...) a privação de liberdade de uma pessoa ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes”. Comissão Interamericana de Direito Humanos. Convenção Interamericana sobre o desaparecimento forçado de pessoas. 09 jun. 1994. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/k.desaparecimiento.htm>. Acesso em 12 jul. 2023.



e trabalho, em um momento em que a riqueza venezuelana, advinda da exploração do petróleo, atraía os colombianos<sup>33</sup>.

Ademais, o narcotráfico na região contribuiu para que os índices de violência aumentassem. Estima-se que mais de 336 toneladas de cocaína são produzidas na região venezuelana de Catatumbo, segundo estatísticas da polícia colombiana<sup>34</sup>. Além disso, é uma região altamente disputada por cerca de dezesseis organizações criminosas como o Clã do Golfo<sup>35</sup>, dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)<sup>36</sup>, o Exército de Libertação Nacional (ELN)<sup>37</sup>, o Trem de Aragua<sup>38</sup> e Los Pelusos<sup>39</sup>.

Este cenário contribuiu para que, desde o final dos anos 70, o fenômeno do desaparecimento em massa ocorresse na região. Antes, eram os colombianos que compunham a maior parte desta cifra e desapareciam na Venezuela; nos dias atuais, porém, os números se inverteram, com a maioria das vítimas sendo venezuelanas.

Para além dos desaparecimentos forçados, a Colômbia enfrenta o desafio de acolher os mais de 2,5 milhões de refugiados venezuelanos que se estabeleceram no país. Políticas públicas acerca do tema são insuficientes, tendo sido feitos apenas anúncios gerais sobre os direitos da população migrantes, como a continuação do Estatuto Temporal de Proteção para Migrantes Venezuelanos (ETPV)<sup>40</sup> e a aplicação da Declaração de Cartagena aos

33 Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2023-04-12/un-agujero-entre-dos-paises-las-desapariciones-forzadas-en-la-frontera-entre-colombia-y-venezuela.html>. Acesso em: 17/06/2023.

34 *Idem*.

35 Fundado em 2007 por Daniel Rendón Herrera, também conhecido como Don Mario, o Clã do Golfo é uma das organizações mais perigosas da Colômbia. Estão presentes em 107 dos 1100 municípios colombianos, e possui como principal fonte de financiamento, o narcotráfico. Devido a isto, a organização possui atuação também no exterior, em 28 países distribuídos por 4 continentes. CNN LATINOAMERICA. ¿Qué es el Clan del Golfo? Historia y líderes de la nueva generación de narcos de Colombia. 10 mai. 2022. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2022/05/10/que-es-clan-del-golfo-historia-lideres-narcos-colombia-orix/>. Acesso em 17 jul. 2023.

36 As Farc é uma das guerrilhas mais importantes e conhecidas da Colômbia, tendo origem em 1964 na região de Tolima, após o retorno de liberais e conservadores dado o fim da ditadura militar de Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957). Sua organização como um movimento revolucionário dedicado a guerra de guerrilhas se deu a partir de 1966. No entanto, como no caso do Clã do Golfo, as FARC recorreram ao tráfico de drogas em diferentes momentos de sua história para se financiar. Conversas para dar início ao processo de paz entre as FARC e o governo colombiano tiveram início ainda na década de 80 com Belisario Betancur (1982-1986), mas, foi somente em 2016, sob o governo de Juan Manuel Santos que o Acordo de Paz foi assinado entre as partes. As negociações começaram em 2012 e duraram quatro anos. Apesar disso, um plebiscito ocorrido ainda em 2016 rejeitou o acordo negociado pelas partes. No ano seguinte foram abertas as portas à participação política dos membros das FARC e uma desmobilização do grupo teve início, o que não foi visto como uma unanimidade no grupo, o que levou ao surgimento de grupos de dissidente. Estes últimos, portanto, não recebem nenhum benefício do Acordo de Paz e ainda são entendidos como opositores ao governo. CNN LATINOAMERICA. Historia de las FARC en Colombia: del conflicto hasta la desmovilización y la disidencia. 20 jun. 2022. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2022/06/28/cual-es-historia-farc-colombia-orix/>. Acesso em 13 jul. 2023.

37 O Exército Nacional de Libertação (ELN) é uma organização armada rebelde e a última verdadeira insurgência na Colômbia, com atuação também em território venezuelano. A organização iniciou-se como um movimento nacionalista inspirado pela revolução cubana, que atuava sobretudo com o sequestro, extorsão e com ataques ao setor petrolífero, no entanto, assim como as demais, também passou atuar com o narcotráfico. No ano de 2022, o grupo decidiu fazer parte do projeto de “Paz Total” de Gustavo Petro, resultando em uma nova rodada de negociações de paz entre o grupo e o governo colombiano. Insightcrime. Ejército de Liberación Nacional (ELN) 13 fev. 2023. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias-crimen-organizado-colombia/el-colombia/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

38 A organização Trem de Aragua possui origem venezuelana, porém com forte atuação na Colômbia, Chile, Brasil e em outros quatro países da América Latina. Além de extorsões, narcotráfico e outros crimes mais “tradicionais”, a organização possui forte atuação no tráfico de pessoas e exploração sexual. El Tren de Aragua, la megabanda criminal venezolana que siembra el terror de Chile a Colombia. 29 jun. 2023. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2023-06-29/el-tren-de-aragua-la-megabanda-criminal-venezolana-que-siembr-el-terror-de-chile-a-colombia.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

39 O grupo “Los Pelusos” se originou após a desmobilização em 1991 do Exército Popular de Libertação (EPL) e é considerado um grupo armado organizado dedicado exclusivamente ao narcotráfico, atuando principalmente na região fronteiriça de Catatumbo. InsightCrime. EPL. 09 mar. 2028. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias-crimen-organizado-colombia/epl/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

40 O Estatuto de Proteção Temporária para Migrantes Venezuelanos (ETPV) é um decreto estabelecido em 2021 pelo governo de Iván Duque (2018-2022) que pode ser definido como: “(...) um mecanismo legal de proteção



solicitantes de refúgio<sup>41</sup>.

Até março de 2023, ocorreram quatro encontros entre os chefes de Estado dos dois países, e a pauta migratória não foi tratada de forma consistente<sup>42</sup>. Ao final de fevereiro, foi anunciada a reabertura dos consulados colombianos na Venezuela em um prazo de até quatro meses<sup>43</sup>. Em 23 de junho de 2023, foi anunciada a previsão de reabertura do primeiro posto consular para o dia 30 do mesmo mês, em San Antonio, município fronteiriço e que abriga uma grande quantidade de imigrantes colombianos<sup>44</sup>. Espera-se também que o consulado em Caracas seja reaberto, mas, até o momento, não há previsão para que isto ocorra.

Ressalta-se, portanto, a necessidade da gestão de Petro e Márquez em endereçar esforços mais contundentes para a questão migratória no país, de forma que a Colômbia possa tornar-se um país referência em acolhimento de um movimento migratório seguro e ordenado. Para isso, atentar-se à questão das fronteiras e implementar o plano de Paz Total, o qual será abordado com mais detalhes na próxima seção, mostra-se como de extrema relevância, uma vez que as violações de direitos humanos acontecem, majoritariamente, na linha fronteiriça de divisão entre a Colômbia e a Venezuela, locais que ainda são controlados e disputados por diversos grupos criminosos.

### O Projeto de Paz Total: avanços e retrocessos

O Projeto Paz Total da gestão de Petro e Márquez pode ser considerado um dos mais ambiciosos do governo atual. Ao final de novembro de 2022, reiniciaram-se as conversas para a implementação do projeto, o qual prevê a extinção do conflito armado no país através de diálogos com Exército de Liberação Nacional (ELN), a última guerrilha armada da Colômbia, com objetivo de estruturar uma política de Estado para o tema<sup>45</sup>. As conversas foram retomadas após mais de três anos interrompidas devido à ocorrência de um atentado durante a gestão de Iván Duque (2018-2022), em janeiro de 2019, a uma escola de cadetes em Bogotá, que resultou na morte de 28 pessoas<sup>46</sup>.

O processo de paz teve início no governo de Juan Manuel Santos (2010-2018), quando este pactuou uma agenda de negociação com o ELN em março de 2016, tendo as negociações públicas iniciado em 2017, nos arredores de Quito, Equador. Em um segundo momento, as negociações ocorreram em Havana, mesmo local em que ocorreram as negociações do acordo de paz com outra organização paramilitar, as FARC, e que tiveram início no ano de 2012 e se encerraram em 2016.

Por sua vez, a ação de Duque, em 2019, provocou um grande impacto na delegação do ELN, que se encontrava em solo cubano para dar andamento aos diálogos de paz. Ao pausar

temporária para refugiados e migrantes venezuelanos na Colômbia que buscam permanecer, complementar ao regime internacional de proteção a refugiados e que permita preencher as lacunas existentes neste regime, com base na realidade dos movimentos populacionais mistos e na capacidade de resposta do país em questões institucionais, sociais e econômicas.”. ACNUR. Estatuto Temporal de Protección para Migrantes Venezolanos. Disponível em: <https://help.unhcr.org/colombia/otros-derechos/estatuto-temporal-de-proteccion-para-migrantes-venezolanos/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

41 Disponível em: <https://www.semana.com/politica/articulo/critico-balance-de-las-acciones-del-gobierno-petro-frente-a-los-migrantes-venezolanos-estudio-dice-que-en-colombia-ya-son-casi-25-millones/202302/>. Acesso em: 18 jun, 2023.

42 Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/migrantes-venezolanos-por-que-falla-la-atencion-en-el-gobierno-petro-753366>. Acesso em: 17 jun. 2023.

43 Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/cuando-abren-consulados-de-colombia-en-venezuela-JC20551899>. Acesso em: 17 jun. 2023.

44 Disponível em: <https://www.eltiempo.com/mundo/venezuela/consulado-de-colombia-en-frontera-con-venezuela-abrira-el-30-de-junio-780254>. Acesso em: 28 jun 2023.

45 Conjuntura Latitude Sul. Projeto de Paz Total do governo colombiano avança. Dezembro de 2022. Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/01/ConjunturaLATSUL\\_Dezembro2022.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/01/ConjunturaLATSUL_Dezembro2022.pdf). Acesso em: 18/06/2023.

46 Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2023-06-12/proceso-de-paz-con-el-eln-cese-al-fuego-sedes-y-puntos-de-la-agenda-en-las-negociaciones-con-el-gobierno-de-gustavo-petro.html>. Acesso em: 18 jun 2023.



as negociações, o chefe de Estado colombiano deixou também de reconhecer os Protocolos de Diálogo de Paz pré-estabelecidos pelas partes. Estes protocolos garantiam o retorno seguro dos líderes da guerrilha à Colômbia e certificavam que não haveriam operações militares durante um certo tempo previamente acordado. Ao solicitar que os membros do ELN em Cuba fossem entregues às autoridades colombianas, Duque deixou de cumprir o acordo<sup>47</sup>.

O governo cubano, por sua vez, respeitando os protocolos, recusou a extraditar o grupo. Pouco tempo depois, a poucos dias de deixar o poder nos Estados Unidos, Donald Trump declarou Cuba como “Estado patrocinador do terrorismo” e utilizou como uma das justificativas as afirmações feitas por Duque sobre a negativa de Havana em extraditar os guerrilheiros do ELN<sup>48</sup>. Recentemente, em outubro de 2022, Petro solicitou ao secretário de Estado estadunidense da gestão de Joe Biden, Anthony Blinken, que o Estado cubano fosse retirado da lista de Estados patrocinadores do terrorismo, tendo afirmado que o acontecido foi uma injustiça. No entanto, ainda não foram observadas movimentações por parte dos Estados Unidos para que isto ocorresse<sup>49</sup>.

A busca por um acordo com o grupo é tentada por governos colombianos há mais de 50 anos. Em outubro de 2022, foi aprovada pelo congresso a Lei de Paz Total, a qual dá aval para que o Executivo negocie com o ELN e outros grupos armados, como o Clã do Golfo<sup>50</sup>. Esta lei permite que os grupos armados possam deslocar-se para locais onde ordem de capturas e extradições serão suspensas até a conclusão das negociações, além da criação de um fundo de paz para garantir o investimento social nas áreas mais afetadas pela violência causada pela atuação de grupos armados<sup>51</sup>.

As conversas são mediadas por países garantidores do diálogo de paz, como Venezuela, Chile e Cuba, e, em junho de 2023, encontravam-se no seu terceiro ciclo. Ao final das negociações, em Cuba, foi acordado um cessar-fogo de 6 meses, que terá início a partir do dia 03 de agosto de 2023, além da participação da sociedade civil no processo. Este pode ser considerado o avanço mais significativo até o momento. Em 14 de agosto de 2023, será iniciado o quarto ciclo de conversas, desta vez na Venezuela, mesmo país em que se deu o primeiro ciclo, em 2016<sup>52</sup>. Finalmente, em julho de 2023, foram acordados nove protocolos entre ambas as partes para o início de um cessar fogo bilateral em 3 de agosto do mesmo ano que durará, a princípio, 180 dias<sup>53</sup>.

### Uma concertação pela Amazônia? A agenda ambiental da gestão Petro-Márquez

Um ponto de grande relevância para a agenda de política externa do governo colombiano sob gestão da chapa Petro e Márquez é a pauta ambiental. Ela foi mencionada com importância no discurso de posse do presidente, foi o tópico principal no primeiro encontro com Nicolás Maduro e levou a uma passagem de Petro pela maior conferência climática ocorrida em 2022, a 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP27).

No caso do discurso de posse, o presidente incluiu, em sua fala, a defesa da ciência no que tange às mudanças climáticas e apelou para a necessidade da sociedade de encontrar

47 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/cuba-colombia-se-chocam-por-pedido-de-extradicao-de-guerrilheiros-do-eln-23387187>. Acesso em: 18 jul 2023.

48 Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-01-11/estados-unidos-designa-a-cuba-como-estado-patrocinador-del-terrorismo.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

49 Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/news/Colombian-President-Asks-US-to-Remove-Cuba-From-Terrorist-List-20221004-0001.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

50 Conjuntura Latitude Sul. Maduro e Petro se encontram pela primeira vez em Caracas. Outubro de 2022. Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/11/ConjunturaLATSUL\\_Outubro2022.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/11/ConjunturaLATSUL_Outubro2022.pdf). Acesso em: 18 nov. 2022.

51 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/colombia-aprova-lei-para-autorizar-petro-a-buscar-acordos-de-paz-com-grupos-de-guerrilha/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

52 Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2023-06-12/proceso-de-paz-con-el-eln-cese-al-fuego-sedes-y-puntos-de-la-agenda-en-las-negociaciones-con-el-gobierno-de-gustavo-petro.html>. Acesso em: 18 jun 2023.

53 Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia-20/paz-y-memoria/dialogos-con-eln-aprueban-nueve-protocolos-para-implementar-el-cese-al-fuego-con-gobierno-de-petro-paz-total/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

um modelo que seja sustentável econômica e politicamente. Além disso, reforçou a necessidade de o país proteger suas florestas e bosques, utilizando-se do apoio de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), para cumprir esta tarefa<sup>54</sup>.

Poucos meses depois, Petro se encontrou com o presidente venezuelano Nicolás Maduro pela primeira vez, com o objetivo principal de fortalecer a agenda de proteção da Amazônia<sup>55</sup>. Da mesma forma, desde a eleição do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, nota-se um esforço conjunto dos dois países na luta contra as mudanças climáticas, tendo Petro afirmado que os dois presidentes fizeram um “pacto para salvar a floresta amazônica”<sup>56</sup>.

Durante a COP 27, Petro fez um chamado para salvar a Floresta Amazônica. O presidente apresentou o seu “decálogo”, que consiste em dez pontos principais para combater a crise climática, incluindo a necessidade de mobilização humana, a demanda pela implementação de um programa pelo FMI que promova a substituição da dívida externa por investimentos em adaptação e mitigação, o comprometimento de um aporte anual por 20 anos de US\$ 200 milhões por parte da Colômbia para salvar a floresta e mudanças no mercado financeiro, apontado pelo presidente como o principal responsável pela crise climática<sup>57</sup>.

Em agosto, é esperada a realização, no Brasil, da Cúpula Regional sobre Amazônia, com a participação dos oito países que partilham o bioma, estando a Colômbia entre eles. O objetivo é obter uma posição consensual entre os Estados sobre a ação climática em relação à floresta. O documento produzido será levado pelo presidente brasileiro para os 194 Estados-membros na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, que ocorrerá em setembro de 2023<sup>58</sup>.

Espera-se que a Colômbia continue atuando em prol de ações contra as mudanças climáticas e que tenha papel importante na coordenação e cooperação regional para o tema, sobretudo em relação à região amazônica. Para isso, buscará o apoio dos chefes de Estado do Brasil, país que possui a maior porção territorial da floresta, e da Venezuela, tentando incentivá-la a ser um importante aliado para o país não somente na luta contra o narcotráfico, mas também em pautas climáticas.

## Conclusão

A chegada de uma chapa eleitoral de esquerda ao Executivo colombiano trouxe consigo uma série de desafios e propostas de mudanças que buscam a reconciliação com os seus vizinhos, além de um fortalecimento da América Latina como um todo para o avanço das principais pautas de política externa colombiana. Como principal evento concluído, houve a retomada das relações com a Venezuela e a busca pela solução de um movimento migratório seguro, ordenado e digno.

Por sua vez, a pacificação de conflitos internos, marcados pela presença extensiva de organizações criminosas, poderá se tornar uma realidade por meio da retomada dos diálogos para a Paz Total, a qual se apoia, em grande medida, em países vizinhos atuando como mediadores. Por fim, a agenda climática, com foco na salvaguarda da região amazônica, promete permear todo o mandato, sobretudo na atual na era do Antropoceno, na qual o ser humano passa a atuar como força motriz da aceleração das mudanças climáticas.

Ainda é cedo para dizer se os principais tópicos da política externa colombiana

54 Disponível em: <https://www.semana.com/economia/macroeconomia/articulo/como-luchara-petro-contra-el-cambio-climatico-y-el-hambre-en-colombia-esto-dijo-en-su-discurso/202222/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

55 Conjuntura Latitude Sul. Maduro e Petro se encontram pela primeira vez em Caracas. Outubro de 2022. Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/11/ConjunturaLATSUL\\_Outubro2022.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/11/ConjunturaLATSUL_Outubro2022.pdf). Acesso em: 18 nov. 2022.

56 Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/lula-recebe-11-chefes-de-estado-no-1o-dia-de-trabalho-veja-pautas>. Acesso em 20 jun 2023.

57 Disponível em: [http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/12/ConjunturaLATSUL\\_Novembro2022.pdf](http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/12/ConjunturaLATSUL_Novembro2022.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

58 Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/05/1814927>. Acesso em: 20 jun. 2023.



podem ser considerados exitosos ou não. No entanto, os primeiros meses do governo Petro já tornaram evidente uma inserção mais destacada do país no cenário internacional. Êxitos exigirão a cooperação de outros Estados e poderão levar o governo colombiano a colocar-se cada vez mais como um importante articulador político na América Latina.

### **Referências bibliográficas**

NIÑO, Andrés Londoño; GONÇALVES, Fernanda Nanci. Boletim OPISA. Monitor eleitoral: Pela primeira vez, a esquerda chega ao poder na Colômbia. *Boletim OPISA*, N. 2, abr-jun, 2022, p.34-38.





## ***Monitor Eleitoral: Partido Colorado mantém hegemonia no Paraguai***

**Marllon Motta da Rocha**  
Pesquisador do OPISA

**Júlia Furtado Reis**  
Pesquisadora do OPISA

### **Introdução**

Em 30 de abril de 2023, foram realizadas as eleições gerais do Paraguai. Em turno único, os paraguaios votaram para preencher, pelos próximos 5 anos, os cargos de presidente e vice-presidente, senadores, deputados, governadores e membros das juntas departamentais<sup>59</sup>. No total, em torno de três milhões de paraguaios foram às urnas, fazendo com que a participação eleitoral, que ficou em torno de 63%<sup>60</sup>, crescesse timidamente em relação às eleições de 2018, quando 61% dos votantes habilitados compareceram às urnas (LONDOÑO NIÑO, 2018).

A disputa pelo cargo presidencial é particularmente desafiadora no Paraguai. Isso porque a história política recente do país é marcada pela presença quase ininterrupta do Partido Colorado, formalmente chamado Associação Nacional Republicana (ANR), à frente do Poder Executivo há mais de 70 anos, e do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) como principal força opositora no país (LONDOÑO NIÑO, 2020). A persistência da hegemonia do Partido Colorado no poder, que foi interrompida apenas com a vitória de Fernando Lugo, em 2008, fez com que a oposição frequentemente se reunisse em coalizões desde a redemocratização do país, em 1989.

Nas eleições gerais de 2023, essas tendências foram materializadas com a derrota da coalizão de centro-esquerda Concentração Nacional, encabeçada pelo líder do PLRA, Efraín Alegre, para o candidato de direita do Partido Colorado, Santiago Peña. Todavia, as expectativas de eleições acirradas entre os dois polos de poder mais frequentes no Paraguai foram interrompidas pelo crescimento de um terceiro candidato, Paraguayo “Payo” Cubas, que ficou em terceiro lugar e dividiu a oposição. Com a vitória de Peña, tal pleito não seguiu a tendência de um cenário de reascensão da esquerda na América do Sul. Com exceção do Paraguai, Uruguai e Equador, a região está formada, majoritariamente, por governos eleitos alinhados à esquerda – bem verdade que uma esquerda mais heterogênea, e com sociedades mais polarizadas.

Este artigo tem como objetivo analisar as eleições gerais do Paraguai em 2023, dando ênfase à eleição presidencial. Para isso, o artigo é dividido nas seguintes seções: “Eleições primárias”, que aborda, em linhas gerais, os resultados das eleições internas que definiram os presidenciáveis das principais forças políticas do país; “Perfil dos presidenciáveis”, que analisa brevemente a trajetória dos principais candidatos; e, por fim, “Resultado das eleições gerais”, que analisa o resultado das eleições de 30 de abril e seu significado imediato.

### **Eleições primárias**

No dia 18 de dezembro de 2022, o Partido Colorado e a coalizão Concentração Nacional realizaram eleições internas que estabeleceram as chapas presidenciais que os representaram nas eleições gerais de 30 de abril. De maneira geral, nessas eleições os membros das associações políticas definiram seus candidatos, que – posteriormente –

<sup>59</sup> Após mudança no Código Eleitoral do Paraguai, sancionada em maio de 2022, a nomeação dos membros paraguaios do Parlamento do Mercosul (Parlasul) não acontece mais em eleições diretas. Os paraguaios elegiam, desde 2008, seus representantes parlamentares no Parlasul em período de eleições gerais.

<sup>60</sup> TSJE Paraguai, 2023. Disponível em: <https://www.tsje.gov.py/noticias/leer/10577-tsje-declara-y-proclama-a-candidatos-electos-de-las-elecciones-nacionales.html> Acesso em: 10 de jun. de 2023.





ganharam maior atenção da mídia tradicional no país.

No Partido Colorado, agremiação do então presidente Mario Abdo Benítez, concorreram Arnoldo Wiens em chapa com Juan Manuel Brunetti, apoiados por Abdo Benítez, e Santiago Peña junto a Pedro Alliana, apoiado pelo ex-presidente paraguaio Horacio Cartes (2013-2018). Enquanto o candidato de Abdo Benítez representava a ala mais conservadora do Partido Colorado, o candidato de Horacio Cartes recebia apoio principalmente do empresariado. O candidato cartista Santiago Peña ganhou as internas coloradas com aproximadamente 51% dos votos e concorreu à presidência pelo partido. Na ocasião, também foi definida a nova presidência do Partido Colorado. Desta vez, Cartes e Abdo Benítez disputaram diretamente o cargo de liderança do partido. Horacio Cartes venceu com cerca de 50% dos votos, o que pôde ser percebido como positivo para a candidatura de Peña, já que a liderança do partido e seu candidato ao Executivo estavam alinhados, evitando um *efeito Ovelar*<sup>61</sup>. A falta de uma figura centralizadora dentro do partido, que se dividiu em segmentos de poder internamente, vem sendo um dos grandes desafios do Partido Colorado, de acordo com Londoño Niño (2020).

Paralelamente, aconteceram as eleições internas da coalizão de oposição Concentração Nacional, pacto que uniu partidos de centro, esquerda e direita em torno do desafio de alcançar a alternância de poder no Paraguai. Foram vitoriosos os candidatos Efraín Alegre e Soledad Nuñez, com aproximadamente 60% dos votos, representando o Partido Liberal Radical Autêntico. Em segundo lugar, ficaram os candidatos pelo *Movimiento del Nuevo País*, Hugo Fleitas e Bruno Balmelli, com 17% dos votos.

Finalmente, o período pré-eleições também foi o momento de definição dos outros 11 candidatos que concorreram às eleições em abril. São eles: Jorge Humberto Gómez Otaño e Noelia Núñez (*Partido UNACE*), Euclides Acevedo e Jorge Querey (*Movimiento Político de la Nueva República*), Juan Felix Romero Lovera e Catalina Ramírez Alvarenga (*Movimiento Humanista y Solidario*), Luis Talavera Alegre e Celso Álvarez Amarilla (*Partido Nacional UNAMONOS*), José Luis Felix Chilavert González e Sofia Clara Scheid Vázquez (*Partido de la Juventud Fuerza Joven*), Ócar Cañete e Luis Wilfrido Arce (*Partido Verde Paraguay PVP*), Prudencio Burgos e Leona Guarani (*Partido Nacional de la Gente 30A*), Alfredo Machuca e Justina Noguera (*Movimiento Independiente Coordinadora Patriótica Ciudadana*), Rosa Bogarín e Herminio Lesme (*Partido Socialista Democrático Herederos*), Aurelio Martínez Cabral e David Sánchez (*Únete Paraguay*), e por fim, Payo Cubas e Stilber Valdés (*Partido Cruzada Nacional*).

## Perfil dos presidenciais

Durante a corrida eleitoral, destacaram-se os candidatos do Partido Colorado e da Concentração Nacional, que representavam as maiores forças políticas do país. Soma-se a eles Payo Cubas, do partido Cruzada Nacional, um candidato considerado outsider pela grande mídia, que ganhou atenção nas semanas finais da campanha ao pleito. A trajetória dos candidatos levanta pontos importantes que ajudam a explicar seus desempenhos na campanha.

Santiago Peña é um economista e ex-Ministro da Fazenda do Paraguai no governo Horacio Cartes. Peña também já foi do diretório do Banco Central Paraguaio (BCP) e já trabalhou para o Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar de ser considerado um candidato tecnicamente capacitado pelos colorados, inicialmente incertezas foram levantadas no partido, tendo em vista que o então candidato não apresentava um passado de militância política. Dentre suas principais propostas, estava o que ele considerou o “desenvolvimento integral”: emprego, educação, saúde e investimento em capital humano. Peña foi considerado, essencialmente, um candidato representante do cartismo, tendo Horacio Cartes como uma das principais forças por trás da sua candidatura<sup>62</sup>. Ainda,

61 Blanca Ovelar foi candidata por uma das alas do Partido Colorado, concorrendo contra Fernando Lugo em 2008. Ovelar perdeu o pleito e, conforme aponta Londoño Niño (2020), a falta de apoio de alguns dos segmentos do partido influenciaram na derrota da candidata.

62 CNN, 2023. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2023/04/23/elecciones-generales-en-paraguay-2023-quienes-son-los-principales-candidatos-y-que-proponen-orix/> Acesso em: 13 de jun. de 2023.

algumas análises indicaram que um desafio para Peña é que, mesmo tendo reivindicado um populismo e o clientelismo tradicionais do seu partido, o lugar que ocupava não era o de apoio majoritariamente popular, mas um endosso essencialmente vinculado aos seus laços com a elite empresarial e econômica paraguaia. É possível reconhecer semelhanças entre Peña e Cartes, tanto no passado sem muito ativismo político, como nos desafios iniciais a serem enfrentados.

Efraín Alegre é advogado, foi Ministro de Obras Públicas no governo de Fernando Lugo até 2011 e, atualmente, é presidente do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA). Esta foi a terceira vez que o presidenciável pela oposição participou do pleito, tendo também concorrido contra Cartes (2013) e Abdo Benítez (2018), quando perdeu com 37% dos votos e 43% votos, respectivamente. Sua plataforma de governo foi construída a partir do discurso da luta contra a corrupção e do alcance do bem-estar social, além de canalizar as demandas por alternância de poder na política paraguaia<sup>63</sup>. Diferente de Peña, Alegre é bastante ativo na militância política. O candidato se filiou ao PLRA no ativismo político contra a ditadura de Alfredo Stroessner. Alegre também tem uma carreira política mais ampla se comparada à de seu adversário direto. Além de ministro, conforme supracitado, o político já foi deputado e senador.

Payo Cubas, considerado representante da nova extrema-direita paraguaia, concorreu pelo partido Cruzada Nacional, fundado em 2018 por ele, quando se candidatou a senador. O candidato teve um aumento expressivo nas últimas pesquisas antes das eleições, porém sua subida representou mais um acirramento na disputa pelo segundo lugar do que uma ameaça de fato ao primeiro. Payo Cubas é um advogado e político paraguaio, que se posiciona como outsider, com um discurso antissistema. Cubas já teve seu mandato de senador cassado após protagonizar atos de agressão e incitação de violência, em 2019<sup>64</sup>. O candidato levou como maior bandeira eleitoral a luta contra a corrupção, reestruturação das instituições tradicionais e uma reforma constitucional. O presidenciável já chegou a afirmar que a democracia não tinha funcionalidade e defendeu abertamente um modelo ditatorial, em que assumiria as funções dos três poderes. Payo Cubas se autodenomina um “anarquista romântico, republicano e nacionalista”<sup>65</sup>.

### Resultado das eleições gerais

No que tange às eleições presidenciais, durante a corrida eleitoral as pesquisas apontavam para dois polos razoavelmente equilibrados, materializados nas candidaturas de Efraín Alegre, da coalizão Concentração Nacional, e de Santiago Peña, do Partido Colorado. Esperava-se que a eleição fosse acirrada, com um resultado que a grande mídia considerava imprevisível. Todavia, no dia 30 de abril de 2023, os paraguaios foram às urnas para eleger Peña com 42% dos votos, com distância do segundo lugar, Efraín Alegre, que obteve cerca de 27% dos votos, e do terceiro lugar, Payo Cubas, que obteve 22% dos votos<sup>66</sup>.

A distribuição dos votos por região mostra a predominância de Santiago Peña em quase todo o país, já que o candidato teve maioria dos votos em 16 dos 17 departamentos do Paraguai, além de conquistar a maioria no Distrito Capital (Assunção). O único departamento em que o Partido Colorado não venceu foi o Alto Paraná, reduto eleitoral de Payo Cubas, que conquistou a maioria dos votos. Efraín Alegre venceu apenas entre os paraguaios que votaram no exterior.

As eleições foram realizadas em um contexto em que a possibilidade do enfraquecimento do Partido Colorado era colocada em pauta e do crescimento da desconfiança com o governo, alimentado, principalmente, por denúncias de corrupção realizadas pelos Estados Unidos. Em 2022, os EUA divulgaram uma lista de “pessoas potencialmente corruptas”, que

63 *Idem.*

64 BBC, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxep3nrj0m4o>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

65 Última Hora, 2023. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/payo-cubas-propone-reforma-constitucional-y-fortalecer-el-anarquismo-n3056192> Acesso em: 13 de jun. de 2023.

66 TSJE Paraguay, 2023. Disponível em: <https://www.tsje.gov.py/noticias/leer/10577-tsje-declara-y-proclama-a-candidatos-electos-de-las-elecciones-nacionales.html> Acesso em: 10 de jun. de 2023.



incluíam Hugo Velázquez, ex-chanceler e ex-vice-presidente do Paraguai no governo Abdo Benitez, e o ex-presidente Horácio Cartes. Essas indicações não têm efeito legal para prisão de nenhum dos indicados no Paraguai, mas intensificaram discussões sobre a corrupção no Partido Colorado. Em pesquisa da Atlas, lançada em março de 2023, cerca de 55% dos entrevistados afirmaram que votariam pela mudança, optando pela oposição ao Partido Colorado<sup>67</sup>. A Concentração Nacional esperava que Efraín Alegre seria capaz de absorver os votos por mudança, o que não aconteceu. Em um clima polarizado e de desconfiança da máquina pública, o discurso antissistema de Cubas ganhou adesão, mas não o suficiente para vencer as eleições.

Peña encontrará apoio no parlamento. As eleições para o senado tiveram como resultado cerca de 23 assentos ocupados pelo Partido Colorado, o que representa o crescimento significativo do partido, já que nas eleições de 2018 os colorados haviam preenchido 17 assentos no senado. Na Câmara de Deputados, o Partido Colorado conquistou 48 assentos. Esse resultado também foi positivo quando comparado com as eleições de 2018, quando os colorados ocuparam 42 assentos. Os resultados das eleições parlamentares também indicam crescimento para a Cruzada Nacional, de Payo Cubas, em relação à 2018, ainda que o partido tenha números modestos.

Tabela 1 - Parlamentares eleitos por partido ou coligação em 2023

Organismo/Partido ou coligação	Partido Colorado	Concentración Nacional	Cruzada Nacional	Encontro Nacional	Pátria Querida	Frente Guasú	Eu creio	Total de assentos
Senado	23	12	5	2	1	1	1	45
Câmara de Deputados	48	23	4	2	1	0	2	80

Fonte: Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai (2023).

O Partido Colorado também foi predominante nas eleições de governadores e juntas departamentais. No total, 15 departamentos serão chefiados por governadores do Partido Colorado. Os departamentos Central e Itapúa serão chefiados por governadores da Concentração Nacional. Os resultados também indicam crescimento para o Partido Colorado em relação a 2018, quando 13 governadores colorados venceram as eleições. Em relação às juntas departamentais, o Partido Colorado obteve cerca de 62% do total de cargos em disputa à nível nacional<sup>68</sup>.

As eleições foram monitoradas por Missões de Observação Eleitoral (MOA) de diversos organismos internacionais, dentre eles a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Europeia. Logo após as eleições, as missões rapidamente foram demandadas por conta da emergência de acusações de fraude eleitoral. Após acusações difusas de uma parcela da população, que envolviam a desconfiança em relação às máquinas de votação eletrônica e à contagem de votos, o primeiro candidato a se manifestar foi Payo Cubas, que ecoou as acusações e convocou seus eleitores para as ruas. Os protestos, que foram marcados pela violência e confronto com a polícia, resultaram na prisão de Cubas por perturbação da ordem pública no dia 5 de maio<sup>69</sup>. O candidato da Concentração Nacional, Efraín Alegre, também ressoou as acusações de fraude e solicitou que uma recontagem de 10% das mesas

67 PollsterGraph, 2023. Disponível em: <https://artigos.pollstergraph.com/2023/03/pt-pesquisa-atlas-eleicoes-paraguai-efrain-alegre-e-santi-pena-empatados-tecnicamente-na-lideranca/> Acesso em: 10 de jun. de 2023.

68 La Nación, 2023. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/politica/2023/05/04/anr-se-queda-con-el-62-de-las-juntas-departamentales-a-nivel-nacional/>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

69 Poder 360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/ex-candidato-a-presidencia-no-paraguai-e-preso-por-alegar-fraude/>. Acesso em: 11 de jun. de 2023.



fosse realizada<sup>70</sup>. Ainda segundo Efraín, a prisão de Cubas ajuda a consolidar as suspeitas de que uma grande fraude eleitoral aconteceu em 30 de abril.

Frente aos protestos e à recusa da oposição em aceitar o resultado da eleição presidencial, a MOA da OEA afirmou, em nota, que não existe nenhum motivo que sustente duvidar dos resultados apresentados pela autoridade eleitoral<sup>71</sup>. Os resultados da MOA da União Europeia também sinalizaram que as eleições ocorreram sem grandes incidentes e de forma transparente<sup>72</sup>. O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE) do Paraguai afirmou que não há possibilidade de fraude. Segundo a autoridade eleitoral, as máquinas de votação eletrônica foram amplamente auditadas, inclusive por especialistas internacionais<sup>73</sup>.

As acusações de fraude não minaram a atuação de Santiago Peña como presidente eleito, que foi amplamente reconhecido pelos seus pares internacionais. Peña, que assume o cargo em 15 de agosto, já anunciou representantes para seis ministérios. O economista Rubén Ramírez foi o escolhido para o Ministério das Relações Exteriores. Recentemente, Ramírez afirmou que o Paraguai deve ocupar todos os espaços no cenário internacional e apontou que a renegociação das bases comerciais de Itaipu é uma das prioridades de sua agenda<sup>74</sup>. O advogado Enrique Riera foi anunciado para o Ministério do Interior. Riera é um político cartista conhecido, que foi Ministro da Educação e da Cultura entre 2016 e 2018<sup>75</sup>. Quando era senador, envolveu-se em atos de agressão contra Payo Cubas, em 2019. O Ministério de Urbanismo e Habitação ficará aos cuidados de Juan Carlos Baruja. Baruja é engenheiro civil e já foi Prefeito da cidade de Paraguarí por dois mandatos consecutivos e governador do departamento de Paraguarí, além de atuar como Assessor da Presidência e Ministro da Agricultura<sup>76</sup>.

Para o Ministério da Justiça foi designado o advogado Ángel Bachini. Anteriormente, Bachini já havia sido deputado e embaixador no Catar<sup>77</sup>. Oscar González, General aposentado, foi escolhido para comandar o Ministério da Defesa. González já foi Comandante do Exército e também atuou como Gerente de Segurança na Itaipu Binacional<sup>78</sup>. Por fim, Claudia Centurión foi anunciada como Ministra de Obras Públicas e Comunicações. Centurión é engenheira e tem carreira no setor privado. Ela será a primeira mulher a estar à frente do Ministério de Obras<sup>79</sup>.

## Considerações finais

Dado o exposto, é possível observar que as eleições gerais de abril de 2023, ao contrário do que se pensava, demonstraram o maior fortalecimento do Partido Colorado no Paraguai, que teve um dos melhores resultados de sua história recente. O pleito reafirma a soberania colorada no Poder Executivo, com a eleição presidencial e de governadores, bem como no Poder

70 ABC, 2023. Disponível em: <https://www.abc.com.py/politica/2023/05/01/efrain-pide-el-computo-manual-del-10-de-mesas-de-cada-colegio-electoral/>. Acesso em: 11 de jun. de 2023.

71 OEA, 2023. Disponível em: [https://www.oas.org/es/centro\\_noticias/comunicado\\_prensa.asp?sCodigo=D-003/23](https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=D-003/23). Acesso em: 11 de jun. de 2023.

72 União Europeia, 2023. Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/eom-paraguay-2023/comunicado-de-prensa-de-la-misi%C3%B3n-de-observaci%C3%B3n-electoral-de-la-uni%C3%B3n-europea-%E2%80%93-93-es?s=410304>. Acesso em: 11 de jun. de 2023.

73 ABC, 2023. Disponível em: <https://www.abc.com.py/politica/2023/05/02/tsje-ninguna-posibilidad-de-fraude-en-elecciones/>. Acesso em: 11 de jun. de 2023.

74 La Nación Paraguay. Disponível em: [https://www.lanacion.com.py/politica\\_edicion\\_impresa/2023/06/10/ruben-ramirez-paraguay-debe-ocupar-todos-los-espacios-internacionales/](https://www.lanacion.com.py/politica_edicion_impresa/2023/06/10/ruben-ramirez-paraguay-debe-ocupar-todos-los-espacios-internacionales/). Acesso em: 13 de jun. de 2023.

75 ABC Paraguay. Disponível em: <https://www.abc.com.py/politica/2023/06/05/enrique-riera-sera-el-ministro-del-interior-de-santiago-pena/>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

76 La Nación Paraguay. Disponível em: [https://www.lanacion.com.py/politica\\_edicion\\_impresa/2023/06/13/pena-confirma-a-juan-carlos-baruja-como-proximo-ministro-del-muvh/](https://www.lanacion.com.py/politica_edicion_impresa/2023/06/13/pena-confirma-a-juan-carlos-baruja-como-proximo-ministro-del-muvh/). Acesso em: 20 de jun. de 2023.

77 La Nación Paraguay. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/politica/2023/06/14/pena-designa-a-angel-barchini-como-ministro-de-justicia/>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

78 Agencia de Información Paraguaya. Disponível em: <https://www.ip.gov.py/ip/oscar-gonzalez-sera-ministro-de-defensa-en-el-gobierno-de-santiago-pena/>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

79 Agencia de Información Paraguaya. Disponível em: <https://www.ip.gov.py/ip/claudia-centurion-sera-la-proxima-ministra-de-obras-publicas/>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.



Legislativo, com expansão no número de assentos no Senado e na Câmara de Deputados. Os desgastes sofridos pelo Partido Colorado, que levantaram a possibilidade de um declínio no poder do partido, não ameaçaram a sua hegemonia no Paraguai nestas eleições. Dentro do Partido Colorado, a eleição de Peña também representa uma vitória da ala cartista, ainda que o cenário também não parecesse auspicioso, com as denúncias de corrupção contra Horacio Cartes.

A organização da oposição em uma frente ampla diversa e disposta a fazer concessões, liderada por Efraín Alegre, não foi o suficiente para ganhar as eleições. Um dos motivos pode ter sido a ascensão de última hora de Payo Cubas, um extremista de direita que absorveu parte dos eleitores insatisfeitos e desconfiados do poder público, que dividiu a oposição. Tendo em vista que esse foi o pior resultado de Efraín Alegre em campanhas presidenciais e, ao mesmo tempo, representou o crescimento substantivo do Cruzada Nacional em votos, é importante olhar com atenção para a reorganização de poder da oposição pós-eleição. Todavia, ao fim e ao cabo, o tradicional Partido Colorado levou a melhor na disputa presidencial, elegendo seu candidato, Santiago Peña.

O resultado consolida um cenário mais harmônico para o Partido Colorado no que tange levar a cabo suas propostas de governo. Será preciso observar como se organizará, assim como de que maneira a oposição irá se articular pelos próximos 5 anos. Por enquanto, o Partido Colorado alcança o êxito em sua política de continuidade no executivo.

### **Referências bibliográficas**

LONDOÑO NIÑO, Edgar Andrés. As eleições no Paraguai e o regresso do Partido Colorado. *Boletim OPISA*, n. 2, 2018.

LONDOÑO NIÑO, Edgar Andrés. Paraguai: entre a esperança da oposição e a reafirmação do Partido Colorado. In: LIMA; PINHEIRO; ALBUQUERQUE; GONÇALVES; LONDONO NIÑO. *América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

